

## I PROVA 2007

1 - Se o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) não cabe ação penal privada subsidiária da pública, pois o pedido de arquivamento não pode ser equiparado à omissão;
- b) cabe ação penal privada subsidiária da pública, pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo, no prazo decadencial de 06 (seis) meses;
- c) cabe ação penal privada subsidiária da pública, desde que proposta pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo, enquanto não ocorrer a prescrição;
- d) cabe ação penal privada subsidiária da pública apenas em relação a elemento ou circunstância do crime complexo que, por si mesmo, constitua crime de ação privada.

2 - Acerca da denúncia, é incorreto afirmar:

- a) a inexistência do inquérito policial não impede o oferecimento da denúncia quando o requerimento ou a representação, dirigidos ao representante do Ministério Público, vierem instruídos com os elementos indispensáveis à prova da materialidade do delito e os indícios de autoria;
- b) a classificação jurídica do fato descrito na denúncia é definitiva, não podendo, portanto, a imputação ser alterada no decorrer do processo;
- c) o acusado defende-se da imputação contida no fato descrito na denúncia e não da classificação que lhe deu o seu subscritor;
- d) é inepta e não deve ser recebida a denúncia que não especifica, nem descreve, ainda que sucintamente, o fato criminoso atribuído ao acusado.

3 - No que concerne à ação penal, é correto afirmar:

- a) o princípio da obrigatoriedade da ação penal é outro nome para o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário, significando, assim, que qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito deve ser obrigatoriamente submetido ao exame do Poder Judiciário;
- b) o princípio da obrigatoriedade da ação penal impõe a postura unilateralmente acusatória do Ministério Público;
- c) tanto na ação penal pública como na ação penal privada vigoram os princípios da oportunidade (ou conveniência), da disponibilidade, da indivisibilidade e da intranscendência;
- d) uma vez proposta a ação penal pública, em face dos autores do fato ilícito, não é permitido ao Ministério Público desistir do conteúdo material da lide, pois seu mister é apenas perseguir em juízo aquilo que é devido à sociedade pelo infrator da norma, porém, o direito de punir pertence ao Estado-Juiz.

4 - Quanto aos crimes praticados contra a administração em geral, julgue as assertivas seguintes:

- I - No peculato pode ser sujeito ativo somente o funcionário público, não se admite assumir a participação no pólo ativo pessoa estranha à administração.
  - II - No crime de peculato doloso, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença é causa de extinção da punibilidade;
  - III - O crime de concussão é material, consumando-se com o efetivo recebimento da vantagem indevida;
  - IV - A extorsão praticada pelo funcionário público contra o particular é punida em lei especial (de abuso de autoridade), pois pela gravidade, não é elencada nos crimes funcionais do Código Penal;
  - V - Exigir vantagem indevida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, caracteriza-se corrupção passiva; por sua vez, quem oferece ou promete vantagem indevida comete corrupção ativa;
- a) somente I, II, IV e V estão corretas;
  - b) somente I, II e III estão corretas;
  - c) somente II e V estão corretas;
  - d) todas estão incorretas.

5 - João, gerente de uma agência da Caixa Econômica Federal, apropriou-se, em proveito próprio, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que lhes foram confiados em razão do cargo. Assim sendo, pode-se afirmar que João infringiu o tipo penal denominado:

- a) apropriação indébita;
- b) concussão;
- c) peculato;
- d) corrupção ativa.

6 - Com relação ao crime previsto no art. 168-A do Código Penal (apropriação indébita previdenciária), não podemos afirmar que:

- a) é extinta a punibilidade se o agente efetua o pagamento das contribuições antes do início da ação fiscal.

## I PROVA 2007

- b) em determinadas circunstâncias, se o agente é primário e tem bons antecedentes, é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena.
- c) em determinadas circunstâncias, se o agente é primário e tem bons antecedentes, não é facultado ao juiz aplicar somente a multa.
- d) comete crime quem deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional.

7 – Acerca do crime de peculato, marque a afirmativa correta:

- a) o crime não admite a forma culposa.
- b) a lei não pune o peculato de uso.
- c) o crime não admite o concurso de pessoas.
- d) o funcionário público não incorre nas penas, se a conduta foi tão-somente concorrer para a subtração do dinheiro, valor ou bem, do qual não tem a posse, mas se valendo da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário público.

8 – Marque a afirmativa correta:

- a) pratica crime de corrupção passiva, o agente alfandegário que, com infração de dever de ofício, facilita a prática de contrabando ou descaminho.
- b) considera-se funcionário público para efeitos penais, apenas aquele que foi aprovado em concurso público.
- c) pratica prevaricação, o particular que, indevidamente, pratica ato contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse pessoal.
- d) o funcionário público que, ao término das férias, resolve estendê-la por conta própria e não volta mais ao local de trabalho, comete crime de abandono de função.

9 – Assinale a alternativa correta:

- a) forma-se o processo para autor e réu com a simples distribuição da petição inicial.
- b) a participação do réu na relação jurídica processual passa a existir com a citação válida.
- c) o juiz não integra a relação jurídica processual.
- d) em hipótese alguma pode haver substituição das partes no curso do processo.

10 - É causa de suspensão do processo:

- a) a inépcia da petição inicial;
- b) a reconvenção;
- c) a desídia do advogado;
- d) a convenção das partes.

11 - Extingue-se o processo com julgamento de mérito:

- I - pelo indeferimento da petição inicial.
- II - quando o réu reconhecer a procedência do pedido.
- III - quando as partes transigirem.
- IV - pelo acolhimento da alegação de coisa julgada.

- a) I e IV estão corretas;
- b) II e IV estão corretas;
- c) II e III estão corretas;
- d) apenas IV está correta.

12 – Analise os itens a seguir:

- I – Presentes as condições da ação, o processo deverá ser julgado com apreciação do mérito;
- II – As condições da ação no direito processual civil brasileiro são: legitimidade das partes, capacidade postulatória e possibilidade jurídica do pedido;
- III – A ação é direito público subjetivo, autônomo, concreto e instrumental;
- IV – São elementos de identificação da ação: partes, pedido e causa de pedir;

Acerca dos itens acima expostos, pode-se afirmar que:

- a) apenas uma assertiva está correta.
- b) duas assertivas estão corretas.
- c) três assertivas estão corretas.
- d) todas as assertivas estão corretas.

13 - O reconhecimento de coisa julgada deve fundamentar-se na:

## I PROVA 2007

- a) identidade dos elementos da ação;
- b) identidade das condições da ação;
- c) identidade dos pressupostos processuais;
- d) identidade das condições da ação e dos pressupostos processuais.

14 - O direito de ação deve observar três condições previstas no Código de Processo Civil, as quais, se presentes, permitem sua admissibilidade regular pelo Poder Judiciário. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta:

- a) Para a prestação da tutela jurisdicional é necessário que pelo menos duas condições da ação sejam observadas, isto é, ao menos a possibilidade jurídica do pedido e o interesse de agir devem estar presentes;
- b) Interesse processual significa o estabelecimento de um vínculo entre o autor da ação, a pretensão trazida a juízo e o réu;
- c) O processo extingue-se sem resolução do mérito quando não concorrer qualquer das condições da ação;
- d) O juiz conhecerá, desde que provocado pela parte, em qualquer tempo e grau de jurisdição, de questão referente às condições da ação.

15 - Assinale a alternativa correta em relação ao procedimento comum da competência do juiz singular:

- a) O juiz, ao receber a queixa ou denúncia, designará dia e hora para o interrogatório, ordenando a citação do réu e a notificação do Ministério Público e, se for o caso, do querelante ou do assistente;
- b) O juiz, antes de receber a denúncia, deverá observar o princípio do contraditório, conforme imposição constitucional do art. 5º, inciso LV;
- c) O prazo para a defesa prévia é de 5 (cinco) dias, podendo o réu arrolar até o máximo de 8 (oito) testemunhas;
- d) O Código de Processo Penal exige que a decisão de recebimento da denúncia seja fundamentada.

16 - Assinale a alternativa correta:

- I- A decisão que rejeita a denúncia ou queixa faz coisa julgada material.
- II- O juiz deverá receber a denúncia mesmo que o Ministério Público não tenha efetuado a classificação do crime, pois tal omissão não causa nenhum prejuízo ao réu, o qual se defende dos fatos a ele imputados, e, além disso, o juiz poderá, por ocasião da sentença, efetuar a correta classificação do crime.
- III- Cada réu pode indicar até 10(dez) testemunhas.
- IV- O réu deve apresentar todos os documentos necessários a sua defesa por ocasião da “defesa prévia”, sob pena de preclusão.

- a) nenhum item está correto;
- b) apenas um item está correto;
- c) dois itens estão corretos;
- d) três itens estão corretos.

17 - Assinale a alternativa correta:

- a) A defesa prévia é facultativa para o defensor constituído pelo réu, que poderá deixar de apresentá-la;
- b) Terminada a inquirição das testemunhas (acusação e defesa), as partes (primeiro o Ministério Público) terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para requerimento de diligências;
- c) No processo comum, o prazo para as alegações finais é de 5 (cinco) dias;
- d) Apresentadas as alegações finais, o juiz não poderá proceder a novo interrogatório do réu, salvo se surgir algum fato novo que o justifique, devendo comunicar tal providência ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

18 - Assinale a alternativa correta:

- a) Falsificar moeda e papéis públicos, dentre outras condutas, são crimes contra a fé pública;
- b) O crime de apropriação indébita previdenciária pode ter por objeto coisa alheia imóvel;
- c) O objeto material do crime de peculato pode ser dinheiro, valor ou qualquer bem móvel ou imóvel, público ou particular;
- d) A reparação do dano no peculato culposo é irrelevante, principalmente se ocorrer antes da sentença final irrecorrível.

19- Entre as afirmações abaixo há apenas uma **incorreta**:

- a) Para aposentar-se, o trabalhador pode realizar a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública, em regime próprio, e em atividade privada, urbana ou rural.
- b) O sistema especial de inclusão previdenciária visa a atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

## I PROVA 2007

- c) A lei que disciplinar o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao Regime Geral de Previdência Social, poderá estabelecer alguns casos de filiação obrigatória para preservar a constituição de reservas que garantam o pagamento dos benefícios.
- d) Se uma pessoa já é participante de regime próprio de previdência, não pode filiar-se ao regime geral de previdência social na qualidade de segurado facultativo.

20 - Analise as seguintes assertivas:

- I. O sistema de solidariedade significa a cotização de alguns, com capacidade contributiva maior, em favor dos necessitados, traduzindo mútuo auxílio.
- II. A incidência do caráter democrático e da descentralização da administração não permite a existência de regime previdenciário diferente do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), preservando assim o equilíbrio financeiro e atuarial.
- III. A seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços significam que o Estado pode ponderar os critérios de atendimento, em razão da necessidade dos mais carentes e priorizar as prestações mais urgentes.
- IV. A Assistência Social possui abrangência universal, sendo que qualquer pessoa deve por ela ser amparada, sem distinção de necessidade, em decorrência da equidade na forma de participação no custeio.

- a) apenas as afirmativas I e II são corretas;  
b) apenas as afirmativas I e III são corretas;  
c) apenas as afirmativas II e III são corretas;  
d) apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.

21 - Julgue os itens com (V) para verdadeiro e (F) para falso. A seguir, assinale a seqüência correta:

- ( ) Não se incluem na competência do Juizado Especial Federal Cível as ações de mandado de segurança, de desapropriação e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
- ( ) O juiz não pode, de ofício, deferir medidas cautelares no curso do processo no Juizado Especial Federal;
- ( ) Nos Juizados Especiais Federais, somente é admitido recurso de sentença definitiva;
- ( ) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Federal, a sua competência é absoluta.

- a) V, F, F, V;  
b) F, V, F, V;  
c) F, F, V, F;  
d) V, V, V, V.

22 - Assinale a opção **incorreta** em relação às normas constitucionais referentes à Administração Pública:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a estrangeiros, na forma da lei;
- b) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, exceto os casos previstos na Constituição Federal;
- c) é permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas;
- d) ao servidor ocupante, exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o mesmo regime previdenciário do servidor titular de cargo de provimento efetivo, ao passo que o titular de cargo temporário ou de emprego público está submetido ao regime geral da previdência social.

23 - Não é penalidade estabelecida na Constituição Federal para os atos de improbidade administrativa:

- a) suspensão dos direitos políticos;
- b) perda da função pública;
- c) indisponibilidade dos bens;
- d) cassação de direitos políticos.

24 - De acordo com a Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (CF, art. 37, parágrafo 6º). Esse caso retrata o que a doutrina costuma chamar de:

- a) responsabilidade civil mediante culpa "in eligendo";  
b) responsabilidade civil mediante culpa "in vigilando";  
c) responsabilidade mediante culpa presumida;  
d) responsabilidade civil objetiva.

## I PROVA 2007

25 - Aos Juízes Federais compete o processo e julgamento, exceto:

- a) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país;
- b) os crimes contra a organização do trabalho;
- c) os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, nos casos previstos em lei;
- d) as contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.

26 - Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo:

- a) seis Juízes;
- b) sete Juízes;
- c) nove Juízes;
- d) onze Juízes.

27 - Julgue os itens a seguir, relativos à sentença:

I – De acordo com o princípio da essencialidade da motivação, a falta de fundamentação é causa de nulidade da sentença;

II – Como decorrência do princípio dispositivo, deve haver congruência entre o pedido formulado pelo autor da ação e a sentença, de sorte que é vedado ao juiz examinar de ofício questões não suscitadas pela parte ou interessado, ainda que se trate de matérias de ordem pública;

III – A sentença *citra petita* é nula porque viola o princípio da indeclinabilidade da jurisdição;

IV – Segundo o princípio da inalterabilidade da sentença pelo juiz (CPC, art. 463), depois de publicar a sentença, o juiz só pode alterá-la por meio de embargos de declaração ou para corrigir erros materiais e de cálculo, razão pela qual é nula a decisão na qual o magistrado que proferiu a sentença verifica os pressupostos de admissibilidade da apelação contra ela interposta.

- a) apenas o item I está correto;
- b) apenas os itens II e III estão corretos;
- c) apenas os itens I e III estão corretos;
- d) apenas os itens III e IV estão corretos.

28 - Sobre coisa julgada, é correto dizer que:

- a) as sentenças proferidas com base no artigo 267 do Código de Processo Civil (sentenças processuais) não fazem coisa julgada material;
- b) nem todos os motivos da sentença fazem coisa julgada, mas somente aqueles relevantes para determinar o alcance do dispositivo;
- c) *coisa julgada material* e *coisa soberanamente julgada* são expressões sinônimas;
- d) consoante jurisprudência majoritária, nos casos de sentença sujeita a reexame necessário, não havendo sido interposto recurso voluntário e deixando o juiz de remeter os autos à segunda instância, o tribunal somente poderá requisitar os autos para reexaminar a sentença enquanto não transcorrido o prazo para a propositura de ação rescisória.

29 - No ano de 2001, João propôs, junto à Justiça Federal no Maranhão, uma ação contra a Caixa Econômica Federal visando à revisão de seu contrato de financiamento habitacional, ao fundamento de que a CEF não obedecera às cláusulas contratuais quando do reajuste das prestações. Ao final do processo, o pedido do autor foi rejeitado pelo juiz. Já no ano de 2002, João ajuizou outra ação em face da Caixa Econômica, com o mesmo pedido e sob os mesmos fundamentos. Desta vez, o pedido foi acolhido e a empresa pública interpôs apelação dirigida ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, alegando a ocorrência do fenômeno da coisa julgada. Em sua resposta à apelação, João destacou a preclusão da alegação de coisa julgada, visto que não fora sequer mencionada na contestação da CEF. O Tribunal, examinando a apelação, reformou a sentença para extinguir o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC (*“quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada”*). Nessa hipótese:

- a) sendo pressuposto processual negativo, a ocorrência de coisa julgada material deve ser examinada pelo Tribunal, ainda que não tivesse sido alegada pela apelante;
- b) levando em consideração a possibilidade de relativização da coisa julgada, atualmente aceita por boa parte da doutrina, mostrava-se incabível a alegação deduzida na apelação da CEF e, assim, o provimento do recurso pelo Tribunal;
- c) o TRF-1ª Região incorreu em erro, porquanto, conforme o art. 301, VI, do CPC, a CEF, em sua contestação, deveria ter alegado, antes de discutir o mérito da ação, a ocorrência de coisa julgada. Não o tendo feito, operou-se a preclusão;

## I PROVA 2007

d) não caberia o reconhecimento da coisa julgada material porque a segunda ação foi proposta antes de esgotado o prazo para ajuizamento de ação rescisória pelo autor.

30 - Sobre o mandado de segurança, julgue os seguintes itens:

I – O julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato de Tribunal Regional Federal é da competência do Superior Tribunal de Justiça;

II - É consolidado, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o entendimento segundo o qual a regra contida no art. 18 da Lei 1.533/1951 – que fixa o prazo de 120 dias para impetrar mandado de segurança – não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, uma vez que, sendo ação constitucional, o mandado de segurança tem seus requisitos e limites estabelecidos somente no próprio texto constitucional;

III – Sendo o mandado de segurança ação civil, é devida a condenação ao pagamento de honorários de sucumbência;

IV – O Ministério Público só terá legitimidade para recorrer da sentença quando for concedida a segurança, porquanto sua intervenção no mandado de segurança visa à proteção do patrimônio público.

- a) nenhum item está correto;
- b) apenas um item está correto;
- c) dois itens estão corretos;
- d) três itens estão corretos.

31 - Ainda em relação ao mandado de segurança, **não é correto** afirmar que:

- a) a falta de informações do impetrado não acarreta a confissão ficta;
- b) não se admite litisconsórcio na ação de mandado de segurança;
- c) o prazo para a autoridade coatora prestar as informações é de 10 dias;
- d) pode o juiz determinar que o impetrante emende ou complete sua petição inicial.

32 - Há uma afirmativa incorreta:

- a) depois de decorrido o prazo para a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação;
- b) quando a citação ou intimação for pelo correio, o prazo começa a correr da data de juntada aos autos do aviso de recebimento;
- c) a suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder 6 (seis) meses;
- d) feita a citação é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir.

33 - Assinale a afirmativa correta:

- a) os atos processuais realizam-se sempre na sede do juízo.
- b) os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta pedido feito pelas partes.
- c) de acordo com o CPC, salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- d) em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos assinalados pelo CPC.

34 - Assinale a afirmativa correta:

- a) comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade da citação e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que foi requerida a decretação da nulidade do ato.
- b) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a decadência.
- c) não serão citados os noivos, nos 5 (cinco) primeiros dias de bodas, salvo para evitar o perecimento do direito.
- d) o militar, em serviço ativo, será citado na unidade em que estiver servindo se não for conhecida a sua residência ou nela não for encontrado.

35 – Um empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - empresa pública federal - pretende anular punição a ele aplicada por sua empregadora - decorrente de suposta falha funcional -, sob o fundamento de não observância do princípio da ampla defesa. A competência para conhecer e julgar tal ação é da:

- a) Justiça Federal;
- b) Justiça do Trabalho;
- c) Justiça Estadual
- d) Justiça Federal ou Justiça do Trabalho, dependendo da natureza do ato que acarretou a punição.

## I PROVA 2007

36 - Ao tomar conhecimento de uma ação possessória ajuizada por Tício contra Caio na Justiça Estadual, a União manifesta seu interesse em integrar o feito na condição de assistente litisconsorcial - Tício ocupa o imóvel de propriedade da União, por meio de autorização administrativa e pagamento de taxa de ocupação. O juiz de direito deverá:

- a) declinar de imediato da competência para processar o feito e encaminhar os autos à Justiça Federal, com jurisdição no Estado;
- b) analisar e decidir sobre a real existência de interesse jurídico que justifique a presença da União no processo. Decidindo pela existência de interesse, deverá declinar da competência para processar o feito e encaminhar os autos à Justiça Federal;
- c) indeferir, de imediato, a intervenção da União – que deverá procurar a via adequada para obter sua pretensão;
- d) nenhuma das respostas acima.

37 - Competente para processar e julgar ação de improbidade administrativa ajuizada por Município contra ex-prefeito, em decorrência da ausência de prestação de contas de verbas federais, é:

- a) Juiz de direito;
- b) Tribunal de Justiça;
- c) Juiz Federal;
- d) Tribunal Regional Federal.

38 - A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT impetra mandado de segurança contra ato do Delegado da Receita Estadual, consubstanciado na cobrança de ICMS incidente sobre os serviços postais. A competência para julgar o processo é do:

- a) Juiz Federal;
- b) Tribunal Regional Federal;
- c) Juiz de Direito;
- d) Tribunal de Justiça.

39 - Assinale a assertiva correta:

- a) O menor impúbere e órfão sem tutor poderá postular direitos seus em juízo desde que representado por curador especial, devendo assinar juntamente com este o instrumento de mandato conferido ao advogado;
- b) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito. Não sendo cumprido o despacho dentro do prazo, o juiz decretará a nulidade do processo.
- c) O conceito processual de parte é obtido com a simples visualização da relação jurídico-processual, sem necessária correspondência com os titulares da relação jurídica litigiosa.
- d) Todas as assertivas acima são falsas.

40 - Ação objetivando a extinção de hipoteca em razão de quitação da dívida garantida pelo imóvel, deverá ser ajuizada:

- a) pelo proprietário do imóvel, independentemente de autorização do cônjuge, se o regime de bens do casamento for o da separação absoluta;
- b) obrigatoriamente por ambos os cônjuges, devendo o feito ser extinto sem julgamento de mérito caso um deles ajuíze sozinho a ação, seja qual for o regime de bens do casamento;
- c) por ambos os cônjuges ou por um deles com a autorização do outro, seja qual for o regime de bens do casamento;
- d) nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÕES DISCURSIVAS:

1- Inquérito policial. Conceito e características. (até 30 linhas)

2- Princípio da correlação entre a sentença e o pedido no processo civil. (até 25 linhas)

GABARITO

01 – A
02 – B
03 – D
04 – D
05 – C
06 – C
07 – B
08 – D
09 – B
10 – D
11 – C
12 – A
13 – A
14 – C
15 – A
16 – A
17 – A
18 – A
19 – C
20 – B
21 – A
22 – D
23 – D
24 – D
25 – D
26 – B
27 – C
28 – A
29 – A
30 – A
31 – B
32 – D
33 – D
34 – D
35 – B
36 – A
37 – A
38 – A
39 – C



I PROVA 2007

40 – A